

## Seleção de prioridades públicas em canais de participação presencial e virtual: estudo de caso do programa “Fala Curitiba”

### RESUMO

A adoção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para promoção de participação pública e controle social tem despertado crescente interesse como prática governamental. Este artigo apresenta um estudo de caso sobre o programa de Orçamento Participativo “Fala Curitiba”, que mobiliza canais de participação presenciais e virtuais. O objetivo foi investigar a relação entre as modalidades de participação, o perfil dos participantes e a seleção de prioridades no orçamento. Utilizando uma regressão logística aplicada aos dados de 2024, verificou-se que a escolha do canal de voto varia de acordo com perfis demográficos e opera como um filtro metodológico, polarizando agendas e criando grupos distintos de participação presencial e virtual. Conclui-se que a manutenção da modalidade de participação presencial é fundamental para garantir a expressão das demandas de grupos historicamente marginalizados, assegurando a inclusão e a representatividade no processo orçamentário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação Social. Seleção de Prioridades Públicas. Infoexclusão. E-Governo. Cidades Inteligentes.

**Gislene Teixeira Feitoza**  
Universidade Federal do Paraná,  
Curitiba, Paraná, Brasil  
[gisleneteixeiraf@outlook.com](mailto:gisleneteixeiraf@outlook.com)

**José Ricardo Vargas de Faria**  
Universidade Federal do Paraná,  
Curitiba, Paraná, Brasil  
[jvfaria@ufpr.br](mailto:jvfaria@ufpr.br)

## INTRODUÇÃO

A busca contínua por soluções para promover e engajar a participação pública tem impulsionado transformações na prática governamental, consolidando o direito à cidadania ao fomentar novas respostas na gestão democrática, particularmente no conceito de "cidade inteligente". Tais ferramentas são concebidas para aprimorar a eficiência administrativa e a qualidade de vida, agenciando novos processos de planejamento e desenvolvimento urbano no campo da tecnologia e da governança inteligente. A questão central que desafia este campo é se o avanço tecnológico, ao invés de universalizar o acesso, pode reproduzir ou potencializar desigualdades e exclusões socioeconômicas, e segmentar o acesso e as demandas da população.

O crescente uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas de gestão e engajamento da cidadania, participação pública, transparência e controle social tem despertado interesse na prática política e governamental. Visibilidade, ampliação do alcance, dividendos políticos, otimização de custos em processos participativos, entre outros fatores, engendram novas respostas, métodos e técnicas de gestão democrática, associadas à pluralidade de visões políticas e às transformações na sociedade, especialmente com o crescimento do uso de computadores, smartphones, aplicativos, web sites e redes sociais.

Em particular, a participação e transparência no uso do recurso público, aspecto fortemente associado ao processo de redemocratização, também se transforma nesse contexto. O Orçamento Participativo, amplamente disseminado como tecnologia político-social de gestão democrática no Brasil, ganha novos contornos, recursos e significados, transformando seus resultados e alcance.

Contudo, aspectos estruturais e conjunturais que ameaçam a democracia seguem desafiando soluções de participação e envolvimento público. A crescente crise de confiança nas instituições e a percepção de ineficiência política levam à apatia e à sensação de irrelevância da participação, sublinhando a falha da democracia representativa em atender plenamente às expectativas populares (Dias e Júlio, 2018; Bobbio, 1986).

Nesse contexto, o desenvolvimento da e-democracia e o uso de TICs foram inicialmente celebrados como uma solução para restaurar o engajamento popular. No entanto, essa transição tem sido criticada por não promover reformas políticas substanciais e por negligenciar a exclusão digital, o que demonstra que o novo canal de participação ainda falha em suprir a demanda por uma inclusão política real (Bastick, 2017; Ayo, Azeta e Oni, 2012).

Dentro deste contexto de participação digital, foi escolhido como objeto de estudo desta pesquisa o programa "Fala Curitiba", ferramenta do orçamento participativo do município de Curitiba desde 2017, com 3 meios de participação, sendo dois deles presenciais e um digital.

O programa "Fala Curitiba" se apresenta como instrumento de democracia participativa que visa garantir que demandas populares influenciem diretamente o planejamento municipal (LDO e LOA). A natureza do programa, que descentraliza a participação através de canais presenciais e online, configura-o como um privilegiado campo de análise para avaliar a eficácia do engajamento em modalidades distintas.

O presente estudo propõe uma análise, por meio de regressão econométrica, dos dados de participação do programa Fala Curitiba de 2024. O objetivo central desta pesquisa é investigar a relação entre as modalidades de participação (presencial ou virtual), o perfil dos participantes e a seleção de prioridades de políticas públicas no orçamento municipal no âmbito do Programa Fala Curitiba. A análise visa determinar se a escolha do canal de voto é uma variável neutra ou se atua como um filtro metodológico que segmenta e polariza as agendas de demanda, revelando distintas visões de cidade que emergem do engajamento presencial e digital.

A análise considerou os dados de participantes no formato presencial e remoto no programa. A metodologia para delinear o perfil dos participantes, prioridades votadas e a relação com a infoexclusão iniciou-se com a coleta de dados abertos da prefeitura, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, complementados por solicitações ao Instituto Municipal de Administração Pública. Os dados foram organizados anualmente por modalidade (presencial/online) e processo (LDO/LOA), incluindo variáveis como gênero, idade, escolaridade, regional de voto e política votada. O tratamento dos dados foi realizado com o software RStudio onde, após padronização, foi construído um modelo de regressão logística. Este modelo usou a escolha de políticas como variável dependente, o percentual de participação online na regional como variável explicativa principal e os fatores sociodemográficos como controle.

O presente artigo foi dividido em 6 partes para melhor abranger os conceitos tratados e as análises realizadas na pesquisa, sendo a primeira delas esta introdução, seguida pela “Orçamento participativo e adensamento da democracia” para discutir os conceitos de democracia participativa e orçamento participativo; “Cidades Inteligentes e e-Democracia” para falar das expectativas do uso das TICs para o aprimoramento da eficiência, da governança e da democracia participativa; “Aspectos metodológicos e tratamento de dados” para apresentar os aspectos metodológicos da pesquisa; “Análise do programa “Fala Curitiba”: Canais de participação, temas e perfil dos participantes” para apresentar o objeto de estudo e expor os resultados obtidos; e por fim as conclusões finais da pesquisa.

## **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ADENSAMENTO DA DEMOCRACIA**

O debate sobre a democracia representativa, firmou-se no século XIX, período em que John Stuart Mill (1861) definiu a democracia como um "governo pelo povo", onde o poder político reside integralmente na população e é exercido pela participação cidadã. Para Mill (1861), a democracia representativa é o instrumento para canalizar essa participação e garantir a eficiência da administração pública, prevenindo abusos de poder e garantindo que todos os grupos tenham representação e suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

De acordo com Norberto Bobbio (1986), a democracia é um conjunto essencial de regras que asseguram a ampla participação dos cidadãos nas decisões coletivas, fortalecendo as instituições, garantindo a liberdade e a justiça social, e qualificando-a como o melhor sistema de governo, sendo sua principal virtude a capacidade de permitir a participação de um grande número de indivíduos no processo decisório. De forma complementar, Maciel, Roque e Garcia (2009) definem a democracia como a oportunidade de participação dos cidadãos em

decisões políticas, sendo um conjunto de valores que garante direitos, liberdades e protege contra regimes autoritários.

Na perspectiva de Torres (2004), um Estado democrático exige que suas instituições administrativas sejam estruturadas por princípios democráticos, operando com transparência para fortalecer a democracia. A administração pública, conectada à vontade popular, atua como agente de inclusão social, promovendo políticas que garantam igualdade de acesso aos serviços públicos e servindo como mecanismo para reduzir desigualdades e promover justiça social (Torres, 2004).

Este debate teórico impulsionou o desenvolvimento da e-democracia como uma solução para engajar a população de forma mais prática e acessível (Bastick, 2017). A e-democracia foca na construção de plataformas digitais e no uso da internet. Bastick (2017) relata o consenso utópico de que a internet democratizaria a sociedade, atendendo às expectativas dos cidadãos de ser um "meio para virtudes democráticas" (Bastick, 2017; p. 6). Ayo, Azeta e Oni (2012) definem a e-democracia como o uso da tecnologia (TICs) para fortalecer os processos democráticos de tomada de decisão, incentivando a interação entre governo e cidadãos.

Entre os obstáculos à participação, Bobbio (1986) aponta a apatia política, onde os cidadãos se sentem distantes das decisões. A apatia é alimentada pelo sentimento de ineficiência ou corrupção das instituições democráticas, e pela indiferença do poder público, fazendo com que o cidadão sinta que suas demandas não são ouvidas e que a participação não gera resultados concretos (Bobbio, 1986; Ayo, Azeta e Oni, 2012; Cunha et. al, 2016).

Mill (1861) reforça que os representantes devem ser constantemente fiscalizados e pressionados pelos eleitores. Para Bobbio (1986), a participação popular é um dever cívico e não apenas um direito, sendo necessária para o aprimoramento das democracias. De forma complementar, Torres (2004) conclui que o controle social é efetivo com uma sociedade civil organizada e com ferramentas para monitorar o governo, pois a transparência é essencial para manter a confiança.

A democracia, nos ideais de Mill (1861) e Bobbio (1986), depende da participação cidadã ativa, que fiscaliza e influencia as decisões. Superar as barreiras sociais e a desconfiança exige mais do que apenas ferramentas, demandando a integração da participação cidadã com a representação política para fortalecer a democratização de forma inclusiva (Lavallo, Isunza Vera, 2011).

Para Cunha et. al (2016), a participação cidadã é vista como crucial para o sucesso das smart cities no Brasil e para a melhoria da qualidade de vida, pois permite alinhar serviços urbanos às necessidades reais dos cidadãos. Pesquisas indicam que a satisfação com serviços públicos inteligentes está diretamente ligada ao nível de engajamento, sugerindo que as estratégias de transformação digital devem incorporar processos participativos (Cunha et al, 2016).

A mera existência de oportunidades formais de participação não garante a igualdade política (Lavallo, 2016). Fatores socioeconômicos e desvantagens históricas limitam a capacidade de grupos como minorias étnicas, mulheres e pessoas de baixa renda de se envolverem. Grupos privilegiados, com maior capital social, econômico e cultural, tendem a ter uma participação mais ativa e influente,

enquanto os grupos marginalizados enfrentam sub-representação e menor capacidade de influenciar decisões (Lavalle, 2016; Lüchmann, Romão, Borba, 2018; Fedozzi, Furtado, Rangel, 2018). Para uma participação verdadeiramente representativa, é crucial envolver ativamente os grupos sub-representados.

A exclusão de grupos historicamente marginalizados é um dos maiores desafios do OP. Sem esforços de inclusão o OP corre o risco de perpetuar desigualdades e perder relevância (Dias, Júlio, 2018; Lüchmann, Romão e Borba, 2018). A participação desigual, onde grupos mais influentes dominam, pode levar as prioridades a refletirem mais seus interesses do que os das populações mais necessitadas, causando desencantamento (Allegretti, Copello, 2018; Lüchmann, Romão e Borba, 2018).

O Orçamento Participativo (OP) é destacado por Cunha et. al (2016) como um modelo crucial de participação para facilitar o engajamento e transparência. Inicialmente surgindo como uma ferramenta local de redistribuição de recursos e transparência na alocação orçamentária, o OP espalhou-se globalmente como uma referência em inovação democrática (Dias e Júlio, 2018).

O OP permite que os cidadãos influenciem decisões e fortaleçam seu vínculo com o poder público, devendo ser eficaz no fomento à transparência e na entrega de resultados concretos, e não apenas um exercício simbólico (Dias e Júlio, 2018).

O OP ajuda a restabelecer a confiança ao promover a redistribuição do poder e criar senso de inclusão e transparência, colocando decisões financeiras nas mãos dos cidadãos e fornecendo clareza orçamentária (Allegretti e Copello, 2018; Lavalle e Isunza Vera, 2019). O processo possui uma natureza político-pedagógica, combatendo a apatia ao demonstrar o impacto real das contribuições e desenvolvendo senso de responsabilidade sobre recursos escassos (Allegretti, Copello, 2018).

Para se manter relevante, o OP precisa ser renovado e adaptado às novas realidades, explorando novas tecnologias e formatos de participação para ser mais acessível e atrativo (Fedozzi, Furtado e Rangel, 2018). Modelos híbridos, que combinam ferramentas online e offline, são sugeridos por Allegretti e Copello (2018) para superar o modelo original.

O OP é um instrumento fundamental para promover a democracia participativa direta, empoderar grupos marginalizados e criar novos espaços de diálogo, com potencial para mudar culturas políticas e cívicas (Dias, Júlio, 2018; Allegretti, Copello, 2018).

## **CIDADES INTELIGENTES E e-DEMOCRACIA**

O fenômeno global de crescimento urbano, acelerado pela expansão de tecnologias, fomentou a rápida urbanização e o consequente aumento populacional, impondo novos e complexos desafios à gestão governamental (Ferreira e Coelho, 2021). Conforme destacam Cunha et. al (2016), desde 2007, mais da metade da população mundial reside em áreas urbanas, tornando as cidades centros vitais de poder econômico e social. Em paralelo, a revolução digital, impulsionada pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), tornou-se a segunda megatendência catalisadora de mudanças profundas e rápidas no tecido urbano.

Castells (2004) sublinha que a internet é uma tecnologia de comunicação livre e maleável, cuja evolução e usos são cruciais e impulsionados pela contribuição ativa dos próprios usuários. Essa confluência de urbanização e digitalização deu origem ao paradigma das cidades inteligentes.

As primeiras discussões sobre smart cities, na década de 1990, focavam primariamente na aplicação de TICs para otimizar a eficiência dos serviços urbanos, reduzir custos e promover processos inovadores em estruturas governamentais (Dias, Oliveira e Heinrich Ferrer, 2022). No entanto, o conceito evoluiu para uma abordagem mais abrangente, sendo definido por Samih (2019) por seis componentes principais: economia inteligente, pessoas inteligentes, governança inteligente, mobilidade inteligente, ambiente inteligente e vida inteligente.

Albino, Berardi e Dangelico (2015) e Cunha et. al (2016) complementam, argumentando que as smart cities são caracterizadas pela inter-relação de múltiplas dimensões, indo além da simples adoção tecnológica. Walters (2011) defende que a verdadeira inteligência reside na combinação de avanços tecnológicos com práticas urbanas que fortalecem a coesão social e a identidade local, opondo-se à visão limitada que confunde cidade inteligente com mera cidade digital.

Críticos apontam que a popularização do termo levou à sua banalização, resultando em iniciativas digitais pouco eficientes que podem reproduzir ou intensificar disparidades (Cunha et. al, 2016). Para Morozov e Bria (2019), o conceito tem sido apropriado por grandes corporações para vender soluções urbanas e extrair dados da população. Segundo esses autores, o termo “smart” muitas vezes se refere apenas à otimização de recursos e extração de valor, sem promover a reforma política necessária.

Neste cenário complexo, a governança inteligente emerge como um componente crucial, integrando TICs para facilitar a participação cidadã, aumentar a transparência e melhorar a eficiência (Samih, 2019). O modelo ideal busca um governo horizontal, interativo e descentralizado (Torfing et al., 2012), que utilize a tecnologia para promover a co-criação de comunidades urbanas e o engajamento ativo dos cidadãos (Dias, Oliveira e Heinrich Ferrer, 2022).

O e-governo e a e-democracia são vitais, pois promovem maior responsabilidade e confiança pública, derrubando barreiras tradicionais à participação através de plataformas digitais e dados abertos (Walters, 2011; Cunha et. al, 2016).

Morozov e Bria (2019) afirmam que a introdução de novas tecnologias deve buscar a meta mais ambiciosa de repensar modelos políticos e econômicos, organizando a inteligência coletiva dos cidadãos por meio de processos participativos.

Contudo, a transição para smart cities está repleta de desafios, identificados por Cunha et. al (2016), que ameaçam a inclusão e a sustentabilidade do modelo. A revolução digital pode criar uma divisão digital, onde o acesso e a habilidade para usar a tecnologia (infoexclusão) são desiguais, excluindo idosos, pessoas de baixa renda e residentes de áreas periféricas dos benefícios da participação (Ulrich, Marshment–Howell, Van Geest, 2016).

A desigualdade é um obstáculo central para a eficácia das cidades inteligentes e das ferramentas de e-governança, tornando a inclusão digital um fator crucial no

Brasil (Cunha et. al, 2016). O conceito de infoexclusão, conforme Castells (2004), não se restringe à ausência de acesso à internet, mas à desigualdade nas consequências geradas pela posse ou pela ausência desse acesso, visto que a rede distribui poder de informação e produção de conhecimento. Para Walters (2011), a desigualdade de acesso a dispositivos e internet de qualidade exclui grupos vulneráveis (idosos, baixa renda, moradores de periferias) dos processos de governança e serviços públicos digitais.

A desigualdade é reproduzida por fatores materiais (renda, localidade, acesso à internet e dispositivos) e imateriais (escolaridade, habilidades e competências digitais), conforme Ribeiro et. al (2013). Mesmo entre os "conectados", o aproveitamento da rede é desigual: a população com maior renda e escolaridade é mais propensa a fazer usos complexos da tecnologia e participar em processos digitais, enquanto a falta de alfabetização digital impede que indivíduos de baixa instrução acessem serviços e oportunidades essenciais, ampliando as desigualdades (Castells, 2004; Cunha et. al, 2016).

Esta seletividade social impacta diretamente o conteúdo das demandas. A participação online tende a ser marcada por indivíduos com maior capital socioeconômico, que concentram suas pautas em temas como inovação e modernização urbana. Em contrapartida, a participação presencial é mais representativa de segmentos com limitações de renda e escolaridade, cujas demandas se concentram em necessidades básicas e imediatas.

Para mitigar a infoexclusão, não basta apenas democratizar o acesso à internet; é crucial investir em capacitação e educação digital para que os grupos menos favorecidos desenvolvam as competências necessárias para aproveitar as oportunidades oferecidas pelas TICs (Ribeiro et. al, 2013; Walters, 2011). Além disso, sistemas de e-governança devem ser simples e centrados no usuário para evitar a frustração e a participação superficial (Walters, 2011).

O estudo de caso desenvolvido neste artigo procura contribuir para a compreensão de como a infoexclusão pode afetar a participação em programas públicos e como a capacitação digital destes grupos menos favorecidos impactam no resultado de políticas públicas.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS E TRATAMENTO DE DADOS**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso de corte transversal, com abordagem predominantemente descritivo-quantitativa combinada com análises qualitativas das relações entre perfis demográficos dos participantes, canais de participação e temas priorizados. Essa abordagem é definida por Marconi e Lakatos (2017) como um modelo de pesquisa empírica direcionado à análise de características de fatos e fenômenos, tal como à avaliação de programas, através de recursos quantitativos e a coleta sistemática de dados acerca do tema tratado.

A partir da definição estabelecida pelas autoras, essa abordagem permite descrever a adesão ao programa e o perfil dos participantes, utilizando estatísticas descritivas, tabelas e gráficos para fins comparativos. Segundo Marconi e Lakatos (2017), o método comparativo viabiliza o exame de dados reais para identificar similitudes e explicar divergências entre grupos em diferentes estágios ou contextos. Dessa forma, a associação entre a análise quantitativa-descritiva e o

método comparativo possibilita contrastar as características socioeconômicas dos participantes presenciais e virtuais, investigando como variáveis de gênero, idade, escolaridade e renda atuam como fatores de infoexclusão que impactam a participação cidadã.

Em relação aos aspectos técnicos da pesquisa, o delineamento do perfil dos participantes, das prioridades votadas e da relação dessas escolhas com as modalidades de participação foi realizado por meio da coleta de dados de participação do programa. Os dados foram obtidos via dados abertos da prefeitura, em estrito acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), e por meio de solicitação direta ao IMAP para os dados ausentes. Foram analisados preliminarmente os dados relativos aos anos de 2022, 2023 e 2024, totalizando 320391 registros de participação nestas edições, sendo 91730 participações por meio digital e 228661 participações presenciais.

Os dados brutos do programa foram sistematizados para permitir a análise discretizada das participações anuais nas modalidades presencial e online, e as participações específicas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ano. Os registros incluem ainda fatores socioeconômicos e de participação como: identificador do participante, gênero, data de nascimento, escolaridade, regional e a política pública votada.

A análise estatística foi realizada com o software RStudio, focando-se exclusivamente na edição de 2024 da LDO e da LOA, por ser a mais recente e apresentar proporções semelhantes às edições dos anos anteriores. Com os dados padronizados, foi construído um modelo de regressão logística para avaliar o impacto das variáveis na escolha de políticas públicas.

- Variável Dependente: A escolha de determinada política pública (sendo 1 para a política em estudo e 0 para as demais), aplicada em regressões separadas para cada escolha.
- Variável Explicativa: A porcentagem de participações online na regional de participação.
- Variáveis de Controle: Os demais fatores pessoais e demográficos.

A análise focou na razão de chances de cada característica pessoal e, principalmente, da participação virtual, impactar a política escolhida.

Os testes estatísticos subsequentes confirmaram que o modelo de regressão possui significância estatística para avaliar a escolha dos participantes. Contudo, seu poder de previsão é limitado. Essa limitação deve-se, principalmente, à impossibilidade de obtenção de dados cruciais que enriqueceriam a análise, tais como a renda de cada participante e a informação exata sobre se o voto foi realizado online ou presencialmente (ausente na base de dados).

Apesar dessas omissões, a análise forneceu conclusões valiosas sobre o programa, revelando os perfis gerais de apoio para cada política pública e as tendências que surgem com a variação da proporção da participação digital.

## **ANÁLISE DO PROGRAMA “FALA CURITIBA”: CANAIS DE PARTICIPAÇÃO, TEMAS E PERFIL DOS PARTICIPANTES**

O programa “Fala Curitiba”, lançado em maio de 2017 e conduzido pelo Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), tem o objetivo de ampliar o debate e a percepção da vontade popular nas propostas das leis orçamentárias. Ele direciona a indicação de demandas prioritárias da população, considerando as especificidades dos 75 bairros do município (Prefeitura de Curitiba).

A participação cidadã é promovida através de canais descentralizados: reuniões presenciais nos bairros, preenchimento de formulários em pontos físicos e preenchimento de formulários virtuais pelo site oficial.

O programa orienta a população sobre a complexidade da destinação dos recursos do município e sobre a construção da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A participação ocorre em duas etapas anuais: a primeira para definir os temas principais da LDO e a segunda para elencar prioridades detalhadas para a LOA. As propostas eleitas são encaminhadas à Câmara Municipal como sugestões para o orçamento do ano subsequente.

A LDO estabelece as metas, prioridades da administração pública e as diretrizes gerais para a alocação de recursos (Brasil, 1988, art. 165-169).

A LOA é o orçamento propriamente dito, ela estabelece de onde vem o dinheiro e onde será gasto.

A primeira etapa do programa, referente à LDO, é o momento de elencar os temas prioritários em cada regional. Até a edição de 2024, os cidadãos podiam escolher 5 entre 59 temas em 15 áreas de políticas públicas. Isso é feito simultaneamente por três vias:

- Plataforma Online: Cidadãos cadastrados escolhem os temas prioritários pelo Portal Fala Curitiba.
- Ações Itinerantes do Fala Móvel: Equipes da prefeitura percorrem os bairros com formulários físicos.
- Reuniões Presenciais: Ocorrem reuniões em todas as regionais, permitindo o debate entre cidadãos e a coleta de prioridades por meio de formulários impressos.

Na segunda etapa, referente à LOA, a administração discute as prioridades eleitas na primeira fase com as secretarias e, então, as apresenta em reuniões presenciais para que os cidadãos votem nas sugestões que serão encaminhadas para o orçamento do ano seguinte. O programa foca em demandas que exigem prioridade orçamentária, excluindo itens de rotina como a zeladoria urbana.

De acordo com Raymundo e Miola (2021), em sua análise acerca do programa, a continuidade expressa nas audiências públicas do Fala Curitiba, fortalece uma cultura participativa e de incentivo a cidadania. O programa em si representa um avanço na “disponibilização de diferentes canais de participação que podem oportunizar o diálogo” (Raymundo, Miola, 2021, p. 12). No entanto, é argumentado que a transparência é uma fragilidade do programa que influencia a forma como os resultados são postos à sociedade e como a população enxerga o programa.

A principal crítica das autoras refere-se ao pouco detalhamento de como as prioridades eleitas pela população são administradas, ou seja, detalhes sobre sua execução, seu andamento e especificações nas leis orçamentárias. Tal falha pode impactar diretamente na perspectiva do cidadão de estar ou não sendo atendido, de que sua participação fez diferença no seu bairro.

Visando aprofundar a compreensão sobre o programa, em particular sobre a seletividade das prioridades públicas relacionadas aos canais de participação, foi realizada análise dos dados para determinar de que forma variáveis como sexo, idade, escolaridade, regional de participação e o percentual de participações online em cada regional podem influenciar a escolha de uma política pública. É importante destacar que o estudo não pôde incluir variáveis imateriais como a capacidade individual de uso da plataforma ou a renda dos participantes. O resultado revela um retrato da demanda da cidade dividido em dois grandes perfis que se correlacionam diretamente com o canal de participação, presencial ou digital.

O primeiro grupo de políticas públicas, com pautas de infraestrutura, ordem e desenvolvimento, demonstra uma relação consistentemente positiva e crescente com o aumento da participação online na regional, sugerindo que o canal digital amplifica uma visão de cidade focada em sua estrutura física, ordem e fluidez.

A pauta de Obras apresentou um forte efeito positivo, com um aumento de 2.3% nas chances de escolha por ponto percentual de aumento na participação online. É uma prioridade masculina (mulheres têm 18.2% menos chances) e mais forte entre aqueles que completaram o Ensino Fundamental e Médio.

O tema Urbanismo também mostrou forte associação digital (aumento de 1.6% nas chances por ponto percentual online). É significativamente menos popular entre mulheres (35.8% menos chances) e é massivamente priorizado por participantes com Ensino Fundamental Incompleto (com 483% mais chances de voto do que o grupo com Ensino Superior Completo). O perfil é, portanto, masculino, com baixa escolaridade e de regionais com alto engajamento digital.

A Segurança demonstrou uma clara associação com o canal digital, aumentando em 0.83% as chances de um voto a cada ponto percentual de aumento na participação online. O apoio é ligeiramente maior entre os mais velhos (0.46% de aumento nas chances por ano de idade) e entre homens (mulheres têm 9.8% menos chances). Há uma tendência de que quanto maior o nível de escolaridade, maior é a probabilidade de priorizar este tema. O perfil do apoiador é masculino, mais velho, com nível de escolaridade mais alto e que utiliza mais o canal digital.

Trânsito, Turismo e Empreendedorismo seguem o mesmo padrão de associação positiva com a participação online (aumento de 0.9% e 1%, respectivamente). Ambas as pautas de desenvolvimento econômico (Turismo e Empreendedorismo) têm um forte viés de gênero masculino (mulheres apresentam 35% menos chances em Empreendedorismo), são mais priorizadas por jovens e, notavelmente, pelo grupo de alta escolaridade (Ensino Superior Incompleto e Completo).

Em contraste, as políticas do segundo grupo, com pautas associadas a serviços sociais, direitos e qualidade de vida, demonstram uma relação negativa e

decrecente com o aumento da participação online, indicando que sua voz é mais forte nos canais de participação tradicionais (presenciais). Este perfil de demanda é geralmente dominado por mulheres, jovens e pessoas de menor escolaridade formal.

Esporte e Transporte apresentaram os maiores efeitos negativos na associação digital, com redução de 2.6% e 2.0% nas chances de escolha, respectivamente, por ponto percentual de aumento online. Esporte é uma pauta de baixa escolaridade, com participantes de Ensino Fundamental Incompleto apresentando 99.5% mais chances de escolha do que os com Superior Completo. Transporte é mais valorizado por jovens e por aqueles com Ensino Superior Incompleto.

A Saúde e a Habitação também são mais priorizadas em ambientes menos digitalizados. Saúde apresenta uma redução de 1.1% nas chances por ponto percentual online e um apoio significativamente maior entre as mulheres (13.8% mais chances) e entre participantes com menor nível de escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto tem 94% mais chances que Superior Completo). Habitação tem uma redução de 2.2% nas chances online e é mais forte entre jovens e aqueles com Ensino Médio/Fundamental Incompleto (mais de 131% mais chances).

A Educação também se associa a ambientes menos digitais (redução de 1.2% nas chances online), sendo mais priorizada por jovens e, de forma muito expressiva, por mulheres (68.3% mais chances). O maior apoio vem de participantes que não completaram seus ciclos de estudo, tanto no fundamental quanto no médio.

A pauta de Cultura (redução de 1.2% nas chances online) é prioritária para jovens (diminuição de 0.95% nas chances por ano de idade) e mulheres (13.5% mais chances), especialmente o grupo com Ensino Superior Incompleto. Direitos Humanos e Meio Ambiente apresentam perfis semelhantes, encontrando seu maior apoio entre jovens e mulheres, mas com o fator decisivo sendo a alta escolaridade (Ensino Superior Completo ou Incompleto).

A Segurança Alimentar e Nutricional (redução de 0.4% nas chances online) segue um perfil muito similar ao da Saúde: é prioritária para as mulheres (28.6% mais chances) e massivamente para os grupos com menor escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto tem 356% mais chances).

Por fim, a Assistência Social tem um efeito online pequeno (redução de 0.83% nas chances) e, curiosamente, é mais votada por homens (mulheres têm 6.7% menos chances), com uma escolaridade expressivamente alta (Ensino Fundamental Incompleto tem 62.2% menos chances do que Ensino Superior Completo).

Em resumo, a análise revela uma polarização clara entre as demandas:

Pautas de Infraestrutura e Ordem (Segurança, Obras, Urbanismo): Prioridade de homens e de regionais com alta participação digital. O canal digital parece amplificar uma agenda de cidade voltada para a estrutura e fluidez.

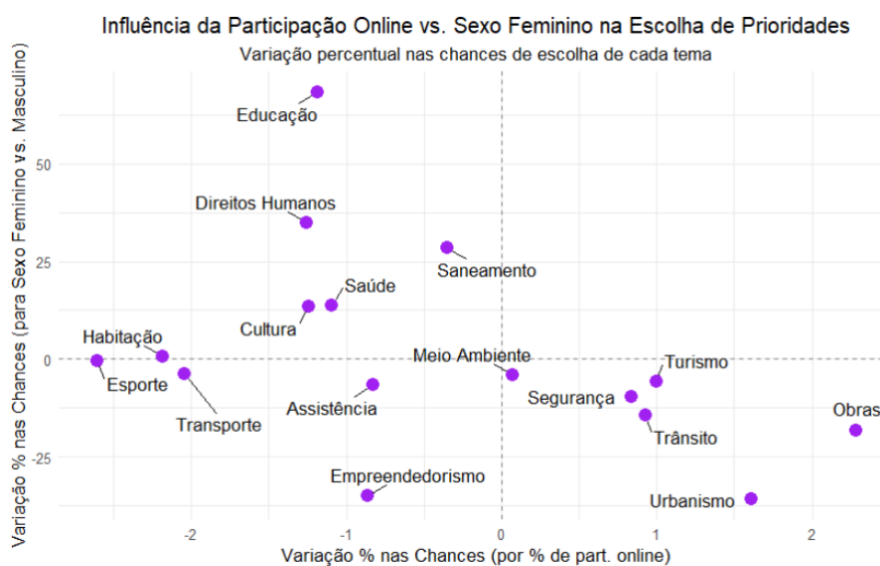
Pautas de Serviços Sociais e Qualidade de Vida (Saúde, Habitação, Educação, Esporte): Prioridade de mulheres, jovens e pessoas de menor escolaridade. A voz

dessas demandas é sistematicamente mais forte nos canais de participação presenciais/tradicionais.

A análise visual dos dados do orçamento participativo foi complementada por uma série de gráficos que ilustram as associações entre as características sociodemográficas dos participantes e a preferência pelo formato de participação (presencial ou online) na escolha das prioridades.

O primeiro gráfico associa o gênero do participante e a forma de participação à escolha das prioridades. O eixo horizontal mapeia a modalidade de voto, indicando que os temas à direita têm maior preferência em regionais com alta participação online, enquanto os à esquerda são mais fortes em locais com engajamento presencial. O eixo vertical representa a dimensão de gênero: temas na parte superior são mais priorizados por mulheres, e os na inferior, por homens. De forma concisa, o padrão geral revela que pautas como Educação e Direitos Humanos são mais priorizadas por mulheres em contextos de participação mais presencial. Em contrapartida, políticas como Obras e Urbanismo destacam-se como pautas masculinas em ambientes com maior engajamento digital.

Gráfico 1 – Priorização por sexo e modalidade

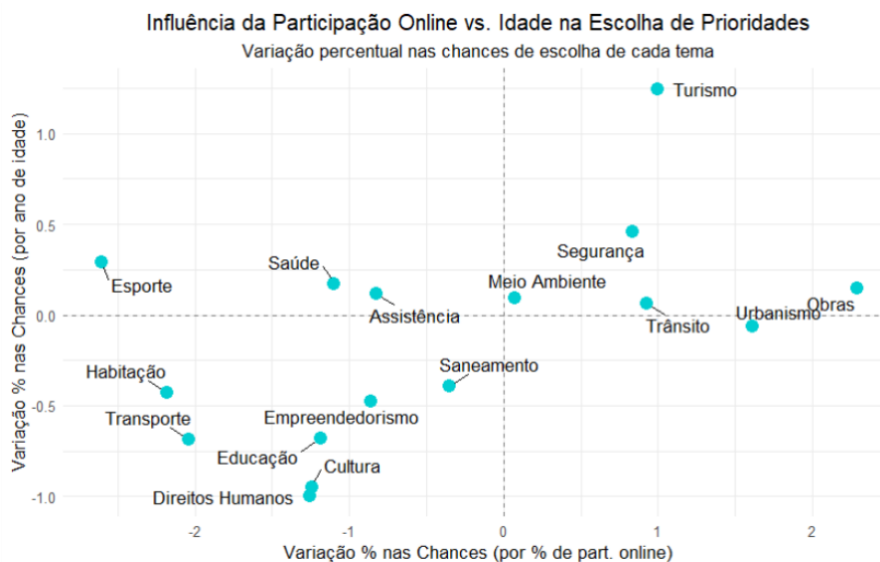


Fonte: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado por Feitoza (2025).

O segundo gráfico foca em como a idade do participante e o modo de participação influenciam a escolha das políticas. Mantendo a preferência por formato de participação no eixo horizontal, o eixo vertical agora mapeia a idade: temas na parte superior refletem maior preferência entre os mais velhos, e os na parte inferior, a maior prioridade para os mais jovens. Este gráfico evidencia a formação de dois grupos distintos: de um lado, pautas como Educação, Cultura e Direitos Humanos são priorizadas por um público mais jovem em contextos de participação mais presencial. Em nítido contraste, temas como Turismo, Segurança

e Obras surgem como a escolha principal de participantes mais velhos, que tendem a se engajar mais em ambientes digitais.

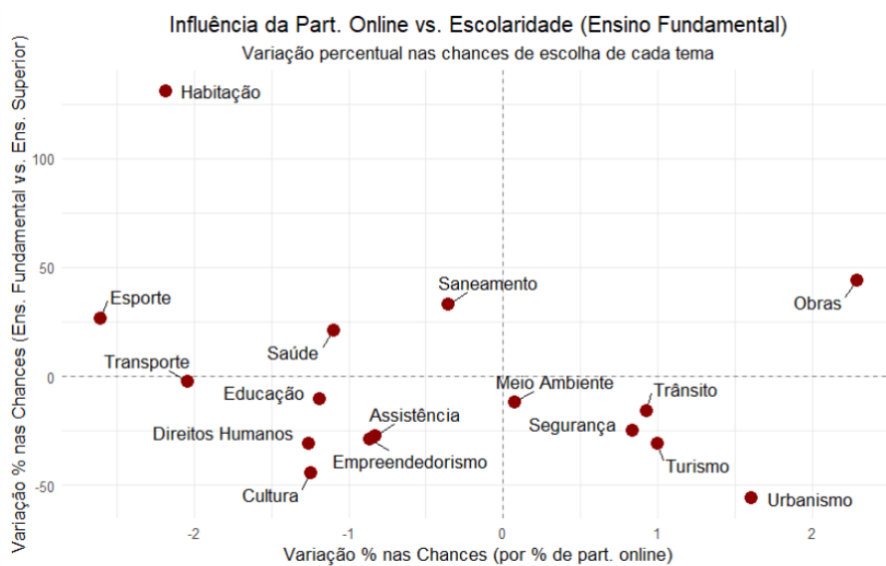
Gráfico 2 – Priorização por idade e modalidade



Fonte: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado por Feitoza (2025).

O terceiro gráfico examina a influência da escolaridade, cruzando o perfil de participantes com Ensino Fundamental (em comparação aos de Ensino Superior) com o formato de participação. O eixo horizontal mantém a associação com o formato. O eixo vertical demonstra a preferência por nível de escolaridade: temas na parte superior são mais valorizados por quem tem Ensino Fundamental, e os na parte inferior, por quem tem Ensino Superior. O resultado principal deste gráfico é que o público com Ensino Fundamental concentra sua atenção em infraestrutura básica: a Habitação se estabelece como prioridade máxima em contextos presenciais, enquanto Obras é a principal demanda desse grupo em ambientes online. Em oposição, o público com Ensino Superior prioriza temas como Urbanismo e Cultura, revelando agendas claramente distintas entre os níveis de instrução.

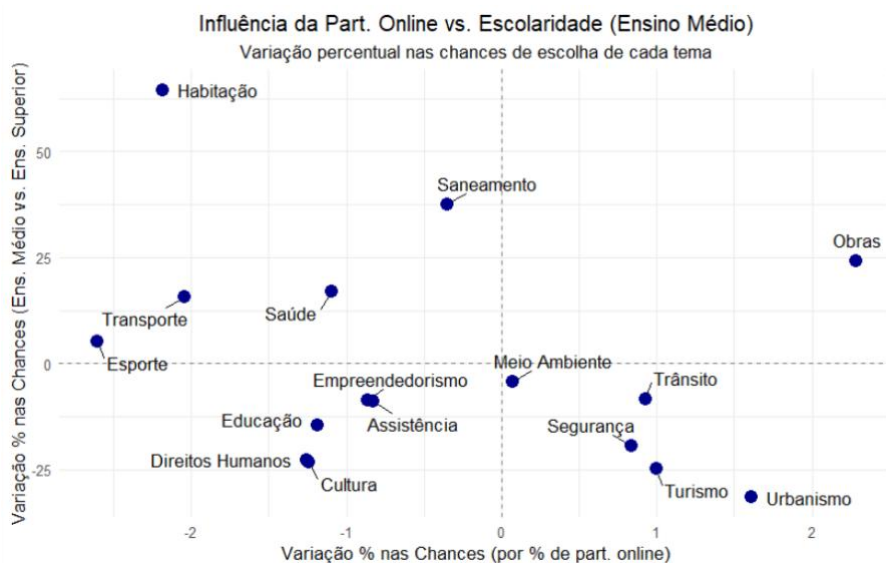
Gráfico 3 – Priorização comparativa entre ensino fundamental e ensino superior e modalidade



Fonte: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado por Feitoza (2025).

O quarto gráfico aprofunda a análise da escolaridade, comparando as prioridades de participantes com Ensino Médio em relação aos de Ensino Superior, cruzando a informação com o formato de participação. O eixo vertical demonstra que temas na parte superior são mais relevantes para quem tem Ensino Médio, e os na parte inferior, para o Ensino Superior. O padrão observado aqui é semelhante ao do grupo com Ensino Fundamental, porém com uma intensidade mais branda: pautas como Habitação (contexto presencial) e Obras (contexto online), continuam a ser as mais priorizadas pelo público de escolaridade menor. No entanto, temas como Urbanismo, Turismo e Cultura permanecem como a preferência do grupo com Ensino Superior.

Gráfico 4 – Priorização comparativa entre ensino médio e ensino superior e modalidade



Fonte: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado por Feitoza (2025).

A análise conjunta dos gráficos revela uma polarização das agendas de demanda fortemente correlacionada ao perfil sociodemográfico do participante e à modalidade de participação. Pautas voltadas para serviços sociais, direitos e qualidade de vida (como Educação, Direitos Humanos e Cultura) são consistentemente priorizadas por um perfil de votante jovem, feminino e com tendência ao engajamento presencial. Em contraste, as demandas focadas em infraestrutura, ordem e desenvolvimento (como Obras, Urbanismo, Segurança e Turismo) destacam-se como prioridades de participantes mais velhos, masculinos e que utilizam o canal digital. Adicionalmente, observa-se que os grupos de menor escolaridade (Ensino Fundamental e Médio) tendem a concentrar-se em pautas de infraestrutura básica como Habitação (presencial) e Obras (online), enquanto o público com Ensino Superior prioriza temas como Urbanismo e Cultura, o que evidencia que o meio de participação atua como um filtro que segmenta as necessidades urbanas de acordo com a demografia e o nível de instrução do cidadão.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa empregou modelos de regressão econométrica para investigar a correlação entre as modalidades de participação (presencial ou virtual), o perfil dos proponentes e a definição de prioridades orçamentárias no programa Fala Curitiba e buscou determinar se o canal de votação opera de forma neutra ou se, ao contrário, atua como um filtro metodológico que segmenta e polariza as agendas de demanda. Ao cruzar os dados demográficos com as escolhas de políticas públicas, a análise revelou que o meio de engajamento — físico ou digital — faz emergir visões de cidade distintas, evidenciando como a tecnologia pode moldar a governança participativa.

A análise dos dados do programa revelou uma cidade com duas agendas políticas distintas em relação aos canais de participação presencial ou virtual. De um lado, a Agenda Digital de Infraestrutura e Ordem, onde emerge um perfil de demanda predominantemente focado em infraestrutura, ordem e desenvolvimento econômico. Prioridades como Obras Públicas, Urbanismo, Segurança e Trânsito estão consistentemente associadas a participantes do sexo masculino e, crucialmente, a regionais com maior engajamento online. O canal digital funciona, assim, como um amplificador para uma visão de cidade centrada em sua estrutura física, fluidez e crescimento.

Do outro lado, a Agenda Presencial de Serviços Sociais e Direitos, onde delinea-se uma agenda voltada para serviços sociais, direitos e qualidade de vida. Pautas como Saúde, Educação, Habitação e Segurança Alimentar são majoritariamente priorizadas por mulheres, jovens e cidadãos com menor nível de escolaridade formal. A voz deste grupo ressoa com mais força nos canais de participação tradicionais e presenciais, indicando que suas preocupações fundamentais encontram maior expressão no engajamento direto com o poder público.

Essa segmentação não é apenas demográfica, mas essencialmente metodológica. O estudo demonstra que a escolha do meio de participação não é neutra, pois segmenta e filtra as demandas populares. Diferentes plataformas favorecem distintas visões de mundo e prioridades políticas, concluindo que a cidade que vota online não apresenta as mesmas demandas daquela que participa presencialmente.

Ao investigar os condicionantes da participação no programa Fala Curitiba e a correlação entre o perfil dos cidadãos e as prioridades eleitas, este estudo cumpriu satisfatoriamente os objetivos propostos. Os resultados ofereceram uma base para investigações futuras que utilizem variáveis ainda mais específicas e modelos econométricos de maior precisão. Diante da crescente digitalização da gestão pública, este trabalho preenche lacunas ao conectar participação e tecnologia, estabelecendo um alicerce para a compreensão de como a exclusão digital molda — e por vezes limita — a participação.

# Public priority setting in physical and digital participation channels: A case study of the “Fala Curitiba” Program

## ABSTRACT

The adoption of Information and Communication Technologies (ICTs) to promote public participation and social oversight has drawn increasing interest as a governmental practice. This article presents a case study of the Participatory Budgeting program 'Fala Curitiba', which employs both face-to-face and virtual participation channels. The study investigates the relationship between participation modalities, participant profiles, and the prioritization of budget items. Using a logistic regression applied to 2024 data, the findings indicate that the choice of voting channel varies according to demographic profiles and operates as a methodological filter, polarizing agendas and creating distinct groups for in-person and virtual participation. The study concludes that maintaining face-to-face participation is essential to ensure that the demands of historically marginalized groups are expressed, thereby guaranteeing inclusion and representativeness within the budgeting process.

**KEYWORDS:** Social Participation. Public Priority Setting. Digital Exclusion. E-government. Smart cities.

## REFERÊNCIAS

- ALBINO, V.; BERARDI, U.; DANGELICO, R. M. Smart Cities: Definitions, Dimensions, and Performances. *Journal of Urban Technology*, vol. 22, 1ª ed., p. 3-21, 2015.
- ALLEGRETTI, G.; COPELLO, K. Winding around money issues. What's new in PB and which windows of opportunity are being opened? In: *Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide*. Epopeia Records, 2018.
- AYO, C.; AZETA, A.; ONI, A. E-Democracy: An Enabler for Improved Participatory Democracy. In: *Handbook of research on E-Government in Emerging Economies: Adoption, E-Participation and Legal Framework*. Hershey, Information Science Reference, 2012.
- BASTICK, Z. Digital Limits of Government: The Failure of E-Democracy Beyond Bureaucracy. In: *Towards Sustainable Governance Informatisation*, Springer International Publishing, p. 3-14, 2017.
- BOBBIO, N. O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo, tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CUNHA et. al. Smart cities: transformação digital de cidades. 1ª ed. São Paulo, 2016.
- DIAS, J. A.; OLIVEIRA, D. B.; FERRER, W. M. H. Democracy in the network society: citizenship and popular participation in the smart cities context. *Revista Opinião Jurídica*, Fortaleza, ano 20, n. 35, p.1-20, set./dez. 2022.
- DIAS, N.; JÚLIO, S. The next thirty years of participatory budgeting in the world start today. In: *Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide*. Epopeia Records, 2018.
- FEITOZA, G. T. Infoexclusão e seletividade em programas de participação pública: um estudo de caso do programa Fala Curitiba. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. Curitiba, 2025.
- FEDOZZI, L.; FURTADO, A.; RANGEL, R. Participatory budgeting in Brazil: Elements for a brief evaluation. In: *Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide*. Epopeia Records, 2018.
- FERREIRA, A. C. L. D.; COELHO, T. R. A participação cidadã na perspectiva de uma cidade inteligente: Um estudo de caso sobre a plataforma "Fala Curitiba". *Rev. Informação na Sociedade Contemporânea*. Natal, RN. v. 5, 2021
- LAVALLE, A.G. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. Organização Luis Felipe Miguel - 1ª ed. São Paulo, Editora Unesp, p. 171-202, 2016.
- LAVALLE, A.G. Participação — Valor, Utilidade, Efeitos e Causa. In: *A Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação*. Pires Roberto (org.). 1ª ed. Brasília, IPEA, p. 33-42, 2011.
- LAVALLE, A. G.; ISUNZA VERA, E. A trama da crítica democrática: Da participação à representação e à accountability. *Lua Nova*, São Paulo, 84. 2011

LÜCHMANN, L.; ROMÃO, W.; BORBA, J. 30 Years of participatory budgeting in Brazil: The lessons learned. In: Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Epopeia Records, 2018.

MACIEL, C.; ROQUE, L.; GARCIA, A. C. B. E-democracy: concepts, experiences and challenges. In: Advances in Sociology Research, vol. 8, Nova Science Publishers, 2009.

MILL, J. S. Considerações sobre o Governo Representativo. Tradução de Débora Ginza e Ritta de Cássia Gondim. Lafonte, São Paulo, 1861.

MOROZOV, E; BRIA, F. A cidade inteligente - Tecnologias urbanas e democracia. Traduzido por Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Fala Curitiba. Disponível em: <<https://fala.curitiba.pr.gov.br/Home>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SAMIH, H. Smart cities and internet of things Journal of Information. Technology Case and Application Research, vol. 21, 1ª ed., p. 3-12, 2019.

TORFING et. al. Interactive Governance: Advancing the Paradigm. Oxford University Press, 1ª ed., 2012.

TORRES, M. D. F. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ULRICH, P.; MARSHMENT-HOWELL, J.; VAN GEEST, T. Open Governance in the Smart City – a scoping report. Smarticipate, outubro, 2016.

WALTERS, D. Smart cities, smart places, smart democracy: Form-based codes, electronic governance and the role of place in making smart cities Intelligent. Buildings International, vol. 3, p. 198-218, 2011.

WAMPLER, B.; MCNULTY, S.; TOUCHTON, M. The Global spread and transformation of participatory budgeting. In: Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Epopeia Records, 2018.

**Recebido:** 30/11/2025  
**Aprovado:** 05/02/2026  
**DOI:** 10.3895/rts.v22n68.21277

**Como citar:**

FEITOZA, Gislene Teixeira; FARIA, José Ricardo Vargas de. Seleção de prioridades públicas em canais de participação presencial e virtual: estudo de caso do programa "Fala Curitiba". **Rev. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 22, n. 68, p.607-626, jan./mar, 2026. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/21277>

Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

